

Unimed Santa Bárbara d'Oeste e Americana – Cooperativa Trabalho Médico

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

1 Contexto operacional

Fundada em 23 de agosto de 1977, a Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana – Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em Americana SP, conta com 321 cooperados em 2024 (344 em 2023) e tem objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica para sua defesa econômico-social, prestando-lhes serviços para proporcionar melhores condições de trabalho para o exercício de suas atividades junto ao mercado, aprimorando os serviços dos associados e atos complementares aos mesmos serviços, atendendo a finalidade da sociedade cooperativa. A Cooperativa tem a missão de promover soluções em saúde com qualidade e inovação, satisfazendo cooperados, clientes e a sociedade.

Os planos de saúde propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus beneficiários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados, credenciados e rede própria na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com a sede da operadora, serviço de promoção e prevenção à saúde, serviço de saúde ocupacional, serviço de medicina preventiva, SOS, oncologia, atendimento domiciliar, além das 2 unidades de recurso próprio, localizados em Americana – SP e Santa Bárbara d'Oeste – SP.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 da controladora Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana – Cooperativa de Trabalho Médico e da seguinte controlada:

	% de participação	
	2024	2023
Controlada direta:		
Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A	90,1474%	90,1474%
Controladas indiretas:		
CSC Unipart Ltda.	99,00%	99,00%
Instituto Cardiovascular de Americana Ltda.	60,00%	60,00%
PET CT Ltda.	31,72%	31,72%

a Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A - Controlada direta

A Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em Americana - SP. Constituída em 27 de fevereiro de 1998, e tem por objetivo prestar serviços de análises clínicas e laboratoriais e administração de bens próprios.

DS
FDVG

b CSC Unipart Ltda. – Controlada indireta

A CSC Unipart Ltda., constituída em 23 de outubro de 2017 sob a forma de sociedade limitada, tem sua sede instalada na cidade Americana, estado de São Paulo. Tem como objeto principal a atividade de prestação de serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

c Instituto Cardiovascular de Americana Ltda. – Controlada indireta

Instituto Cardiovascular de Americana Ltda., constituída em 29 de maio de 2007 sob a forma de sociedade limitada, tem sua sede instalada na cidade Americana, estado de São Paulo. Tem como objeto social a prestação de serviços médicos de diagnóstico e o tratamento invasiva na área de cardiologia, endovascular e neurovascular.

d Pet CT Santa Barbara e Americana Ltda. – Controlada indireta

A investida Pet CT Ltda, constituída em 19 de janeiro de 2018, tem por objetivo social a atividade de clínica médica, especializada em medicina nuclear e imagenologia, com recursos para realização de exames de alta complexidade e especialmente a tomografia por emissão de pósitrons, denominada "PET/CT", para atendimento de planejamento em tratamento de radioterapia.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

Como operadora de planos de assistência à saúde, a Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Cooperativa de Trabalho Médico encontra-se registrada na ANS, sob o nº 36929-2.

DS
FDVG

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cooperativa e suas controladas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa e suas controladas continuarem operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 24 de janeiro de 2025.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa e suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Reais.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Cooperativa e suas controladas faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e suas controladas e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 11** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 12** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 13** – Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA, PEONA SUS e Ressarcimento ao SUS; e
- **Nota explicativa nº 17** – Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

e Base de consolidação

e.1 Controladas

A Cooperativa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

e.2 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Cooperativa e suas controladas (diretas e/ou indiretas), e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre elas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4 Políticas contábeis materiais

A Cooperativa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

a Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cooperativa e suas controladas para a gestão desses ativos financeiros. A Cooperativa e suas controladas inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros”. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Cooperativa e suas controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cooperativa e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Cooperativa e suas controladas possuem são classificados em duas categorias:

- *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Cooperativa e suas controladas ao custo amortizado incluem crédito de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e bens e títulos a receber.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Cooperativa e suas controladas classificam as aplicações financeiras e investimentos.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Cooperativa e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Cooperativa e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cooperativa e suas controladas nem transferiram nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Cooperativa e suas controladas incluem débitos de operações assistência à saúde, débitos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, empréstimos e financiamentos a pagar e débitos diversos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Cooperativa e suas controladas possuem são classificados na categoria:

- *Passivos financeiros ao custo amortizado*: após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa e suas controladas. Conforme determinação da ANS em grupo titulado "Disponível".

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado. As aplicações resgatáveis acima de 1 ano, estão classificadas no não circulante, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores alterações pela RN 521/2022, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa e suas controladas, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas. Os investimentos realizados em controladas ou coligadas são avaliados por meio do método de equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Cooperativa sobre os lucros de suas investidas é reconhecido no resultado não operacional.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g.4 CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 R2 (IFRS 16) por meio da RN 528/2022 introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Com relação à natureza das despesas relacionadas com estes contratos, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

Para o exercício de 2024, a Cooperativa realizou o levantamento de todos os contratos de arrendamentos e concluiu que o saldo não é relevante para mensuração.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Cooperativa e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

j.1 Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido de acordo com o “pro rata temporis”.

j.2 Provisão para remissão

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela RN 104 da ANS e posteriores alterações pela RN 462/2020. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue:

Benefícios concedidos: quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

j.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j.4 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

j.5 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa da ANS nº 569, de 19 de dezembro de 2022, e posteriores alterações, a Cooperativa deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. Até 2013 ela foi constituída com base na RN 160 e posteriores alterações. A partir de setembro de 2014, a Cooperativa elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A provisão teve seu início em janeiro de 2008.

j.6 Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio - (PIC)

Em consonância a Resolução Normativa nº 574, de 28 de fevereiro de 2023, deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes, somadas à provisão de prêmios/contraprestações não ganhos (PPCNG), forem insuficientes para fazer frente às obrigações contratuais já assumidas pelas operadoras de planos de saúde (OPS). De forma simplificada, quando o valor do prêmio/contraprestação for inferior ao tecnicamente necessário para custeio das despesas diretas da operação de planos. A operadora efetua o teste mensal, conforme a regra básica e não apurou necessidade de provisionamento no exercício de 2024.

j.7 Outras Provisões

Quando aplicável, a Cooperativa deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa e suas controladas tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de

mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as Operadoras e seus associados, e pelas Operadoras entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção do faturamento desses atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

p Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa e suas controladas questionaram a inconstitucionalidade de tributos.

q Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Cooperativa e a legislação.

r Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Cooperativa.

s Reconhecimento de receita CPC 47 (IFRS 15)

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida. Substitui o IAS 18/CPC 30 – Receitas, IAS 11/CPC 17 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas.

Introduzida pela RN 528/2022, a aplicação do CPC 47/IFRS 15 a partir de 1 de janeiro de 2022, a Cooperativa avaliou os impactos, e para atender o novo pronunciamento, a ANS modificou o plano de contas, modificando assim a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passando a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas consta apenas a taxa de administração cobrada.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)				
Fundo dedicado ao setor de saúde complementar	24.952.078	21.614.981	24.952.078	21.614.981
	24.952.078	21.614.981	24.952.078	21.614.981
Aplicações livres				
Depósitos bancários a prazo - CDB/RDB	6.586.245	17.320.400	9.549.268	25.068.433
Cotas de fundos de investimentos	28.893.358	25.734.637	28.893.358	25.734.637
	35.479.603	43.055.037	38.442.626	50.803.070
	60.431.681	64.670.018	63.394.704	72.418.051

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa e suas controladas.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas, conforme nota explicativa nº 13, são aplicações financeiras vinculadas a Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras, cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, de acordo com a Resolução Normativa nº 521, de 29 de abril de 2022.

DS
FDVG

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contraprestações Pecuniárias				
Plano individual	4.122.794	3.914.931	4.122.794	3.914.931
Plano coletivo	7.666.024	8.218.656	7.642.541	8.199.136
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(4.197.514)	(3.033.086)	(4.197.514)	(3.033.086)
	7.591.304	9.100.501	7.567.821	9.080.981
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis				
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	819.665	965.701	819.665	965.701
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis a cobrar	3.116.412	2.724.177	3.116.412	2.724.177
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(326.654)	(211.554)	(326.654)	(211.554)
	3.609.423	3.478.324	3.609.423	3.478.324
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde				
Contraprestação de corresponsabilidade assumida	13.209.569	11.394.740	13.209.569	11.394.740
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(258.308)	(8.883)	(258.308)	(8.883)
	12.951.261	11.385.857	12.951.261	11.385.857
Outros Créditos de operações com Planos de Assistência à Saúde				
Fundos de custeio (ii)	2.619.196	622.128	2.619.196	622.128
	2.619.196	622.128	2.619.196	622.128
	26.771.184	24.586.810	26.747.701	24.567.290

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.
- (ii) Saldo refere-se ao Fundo Contingência Assistencial da Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Cooperativas Médicas (Unimed FESP), criado para pagamento do medicamento de alto custo Zolgensma.

DS
FDVG

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Intercâmbio a receber - atendimento eventual (i)	1.738.676	1.403.633
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (ii)	(72.254)	(69.996)
Outras contas a receber	422.803	99.169
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (ii)	(21.509)	(17.469)
	2.067.716	1.415.337

- (i) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimeds.
- (ii) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

8 Bens e títulos a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Estoques (i)	8.293.237	7.261.651	8.689.145	7.740.563
Adiantamentos	504.952	801.335	544.169	856.365
Títulos a receber (ii)	950.663	766.209	297.300	2.543.631
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	-	(78.958)	-	(80.458)
Outros bens e títulos a receber	2.624.329	301.478	2.647.820	320.998
	12.373.181	9.051.715	12.178.434	11.381.099
Não circulante				
Títulos a receber (ii)	269.114	667.410	488.031	927.327
	269.114	667.410	488.031	927.327
	12.642.295	9.719.125	12.666.465	12.308.426

- (i) Estoque de materiais e medicamentos distribuídos nas unidades de atendimento da Cooperativa conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Medicamentos	6.205.734	5.417.926	6.225.068	5.440.876
Materiais médico-hospitalares	1.464.089	1.303.098	1.789.906	1.640.541
OPME (*)	100.649	108.331	146.119	222.159
Materiais para manutenção	148.055	103.940	148.140	104.025
Material de higiene e limpeza	82.030	100.502	82.030	100.516
Gêneros alimentícios, dietas e nutrição	39.951	38.935	39.951	38.935
Materiais de copa e cozinha	270	439	270	439
Rouparia	35.331	-	35.331	-
Outros estoques	128.722	104.632	128.722	104.632
Almoxarifado	88.406	83.848	93.609	88.440
	8.293.237	7.261.651	8.689.146	7.740.563

(*) Órteses, próteses e materiais especiais, nacionais e importados

- (ii) Compostos por valores a receber referentes aos serviços prestados, clientes particulares e outros convênios.

9 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depósitos judiciais e fiscais - Tributos (i)	19.573.615	17.987.917	19.664.935	18.087.005
Depósitos judiciais e fiscais - Cíveis	9.124	80.927	22.258	80.927
Depósitos judiciais e fiscais - Trabalhistas	186.088	174.269	198.753	186.934
Depósitos judiciais e fiscais - Ressarcimento ao SUS (ii)	<u>2.203.461</u>	<u>2.098.710</u>	<u>2.203.461</u>	<u>2.098.710</u>
	<u>21.972.288</u>	<u>20.341.823</u>	<u>22.089.407</u>	<u>20.453.576</u>

- (i) Saldo é composto substancialmente por depósitos judiciais de PIS e da COFINS entre os exercícios de 2012 a 2018, através do processo 0000010-11.2012.403.6109 que tramita na Vara da Justiça Federal de Piracicaba (SP), cuja matéria discutida refere-se a não incidência dos respectivos débitos sobre atos cooperativos. Atualmente a legitimidade dos créditos de PIS foram deferidos nos autos por meio do mandado de segurança nº. 0002676-05.2000.403.6109, no entanto, a Administração discute em juízo a adequada base de cálculo para aproveitamento e pedido de ressarcimento na operação.
- (ii) Saldo composto por depósitos efetuados referente as cobranças de Ressarcimentos ao SUS, correspondidos por provisão no passivo não circulante.

10 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial				
Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A	<u>29.468.804</u>	15.766.409	4.606.006	4.248.767
	<u>29.468.804</u>	<u>15.766.409</u>	<u>4.606.006</u>	<u>4.248.767</u>
Participações Societárias pelo Método de Custo				
Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Coop. Médicas	2.908.473	2.229.158	2.908.473	2.229.158
Central Nacional Unimed	1.275.000	548.182	1.275.000	548.182
Sicoob Unicentro	2.106.520	2.104.359	2.275.635	2.269.468
Unimed Centro Paulista (Federação)	1.151.211	801.211	1.151.211	801.211
Unicred do Estado de São Paulo	14.525	12.431	14.525	12.431
Unimed Seguradora S/A	1.575.997	1.372.153	1.612.471	1.403.909
Unimed Participações S/A	<u>605.280</u>	<u>511.587</u>	<u>938.314</u>	<u>790.767</u>
	<u>9.637.006</u>	<u>7.579.081</u>	<u>10.175.629</u>	<u>8.055.126</u>
Outros investimentos				
Telefônica Brasil S/A	10.600	10.600	10.600	10.600
Tim S/A	445	445	445	445
Unimed Cooperativa Central de Bens e Serviços	2.294.911	2.294.911	2.294.911	2.294.911
Imóveis destinados à venda	-	-	14.552.640	14.552.640
	<u>2.305.956</u>	<u>2.305.956</u>	<u>16.858.596</u>	<u>16.858.596</u>
	<u>41.411.766</u>	<u>25.651.446</u>	<u>31.640.231</u>	<u>29.162.489</u>

DS
FDVG

b Movimentação dos investimentos

										Controladora
	1º/1/2023	Adição	Dividendos a receber	Equivalência Patrimonial	31/12/2023	Adição	Baixa	Dividendos a receber	Equivalência Patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial										
Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A	15.669.842	-	(30.078)	126.645	15.766.409	-	-	(2.395.523)	10.086.412	6.011.506
	<u>15.669.842</u>	<u>-</u>	<u>(30.078)</u>	<u>126.645</u>	<u>15.766.409</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.395.523)</u>	<u>10.086.412</u>	<u>6.011.506</u>
Participações Societárias pelo Método de Custo										
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	2.040.442	188.716	-	-	2.229.158	679.315	-	-	-	2.908.473
Central Nacional Unimed	506.156	42.026	-	-	548.182	726.818	-	-	-	1.275.000
Sicoob Unicentro	2.103.193	1.166	-	-	2.104.359	2.160	-	-	-	2.106.519
Unimed Centro Paulista (Federação)	801.211	-	-	-	801.211	350.000	-	-	-	1.151.211
Unicred Do Estado De São Paulo	8.174	4.257	-	-	12.431	2.094	-	-	-	14.525
Unimed Seguradora S/A	1.139.228	232.925	-	-	1.372.153	203.843	-	-	-	1.575.996
Unimed Participações S/A	413.412	98.175	-	-	511.587	98.696	(5.003)	-	-	605.280
	<u>7.011.816</u>	<u>567.265</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.579.081</u>	<u>2.062.926</u>	<u>(5.003)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.637.004</u>
Outros investimentos										
Ações Telefonía	11.045	-	-	-	11.045	-	-	-	-	11.045
Unimed Cooperativa Central de Bens e Serviços	2.120.164	174.747	-	-	2.294.911	-	-	-	-	2.294.911
	<u>2.131.209</u>	<u>174.747</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.305.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.305.956</u>
	<u>24.812.867</u>	<u>742.012</u>	<u>(30.078)</u>	<u>126.645</u>	<u>25.651.446</u>	<u>2.062.926</u>	<u>(5.003)</u>	<u>(2.395.523)</u>	<u>10.086.412</u>	<u>41.411.764</u>

										Consolidado
	1º/1/2023	Adição	Baixa	Equivalência Patrimonial	Outras Movimentações	31/12/2023	Adição	Baixa	Equivalência Patrimonial	31/12/2024
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial										
Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A (i)	3.416.104	401.800	-	385.081	45.782	4.248.767	-	-	357.239	4.606.006
	<u>3.416.104</u>	<u>401.800</u>	<u>-</u>	<u>385.081</u>	<u>45.782</u>	<u>4.248.767</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>357.239</u>	<u>4.606.006</u>
Participações Societárias pelo Método de Custo										
Federação das Unimeds do Estado de São Paulo	2.040.442	188.716	-	-	-	2.229.158	679.315	-	-	2.908.473
Central Nacional Unimed	506.156	42.026	-	-	-	548.182	726.818	-	-	1.275.000
Sicoob Unicentro	2.266.639	2.829	-	-	-	2.269.468	6.167	-	-	2.275.635
Unimed Centro Paulista (Federação)	801.211	-	-	-	-	801.211	350.000	-	-	1.151.211
Unicred Do Estado De São Paulo	8.174	4.257	-	-	-	12.431	2.094	-	-	14.525
Unimed Seguradora S/A	1.165.593	238.316	-	-	-	1.403.909	208.562	-	-	1.612.471
Unimed Participações S/A	642.054	148.713	-	-	-	790.767	152.550	(5.003)	-	938.314
	<u>7.430.269</u>	<u>624.857</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.055.126</u>	<u>2.125.506</u>	<u>(5.003)</u>	<u>-</u>	<u>10.175.629</u>
Outros investimentos										
Ações Telefonía	11.045	-	-	-	-	11.045	-	-	-	11.045
Unimed Cooperativa Central de Bens e Serviços	2.120.164	174.747	-	-	-	2.294.911	-	-	-	2.294.911
Propriedade para investimentos - Edificações e Terrenos (ii)	14.936.535	-	(383.895)	-	-	14.552.640	-	-	-	14.552.640
	<u>17.067.744</u>	<u>174.747</u>	<u>(383.895)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.858.596</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.858.596</u>
	<u>27.914.117</u>	<u>1.201.404</u>	<u>(383.895)</u>	<u>385.081</u>	<u>45.782</u>	<u>29.162.489</u>	<u>2.125.506</u>	<u>(5.003)</u>	<u>357.239</u>	<u>31.640.231</u>

- (i) Os valores de adição de 2023 referem-se as movimentações de saldo da empresa Pet CT Ltda que não estão sendo mais consolidados, devido ao controle não pertencer mais a controlada Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A.

- (ii) Saldo composto substancialmente pelo Fundo Cooperativo Nominal para Recomposição do Patrimônio Líquido Ajustado (FCNRPLA), criado com objetivo de garantir a recomposição do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e aporte de capital da Unimed Nacional.

c Representação das participações

- Unimed de Santa Bárbara d'Oeste e Americana Participações S/A.

	2024	2023
Ativo	43.521.906	43.716.249
Passivo	43.521.906	43.716.249
Patrimonio Líquido	31.693.114	17.184.630
AFAC	6.011.506	-
Resultado do Exercício	11.400.943	140.487
% de Participação	90,1474%	90,1474%
Valor Atualizado do Investimento	29.468.804	15.766.409

11 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo + reavaliação	Depreciação acumulada	Controladora		Consolidado	
				2024	2023	2024	2023
				Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos		4.537.866	-	4.537.866	4.537.866	9.994.846	9.994.846
Edificações	4%	4.395.989	(1.568.512)	2.827.477	2.918.729	2.827.477	2.918.729
Instalações	10%	1.869.130	(1.482.320)	386.810	484.174	386.810	484.174
Máquinas e equipamentos	10%	18.033.888	(12.297.163)	5.736.725	4.669.068	8.311.111	6.742.961
Móveis e utensílios	10%	6.099.163	(4.828.419)	1.270.744	1.356.710	1.346.828	1.452.888
Computadores e periféricos	20%	7.500.783	(5.563.737)	1.937.046	2.021.182	2.001.426	2.064.273
Outras imobilizações		15.376.865	(8.106.272)	7.270.593	6.150.641	8.420.568	7.284.135
		57.813.684	(33.846.423)	23.967.261	22.138.370	33.289.066	30.942.006

A Administração da Cooperativa e suas controladas realizaram a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2024, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado. Não foram encontradas evidências de necessidade de constituição de *Impairment*, ou provisão de perdas por desvalorização de ativos operacionais.

DS
FDVG

b Movimentação do custo histórico e depreciação acumulada - Controladora

Controladora									
Descrição	1º/1/2023	Aquisição	Baixa	Depreciação	31/12/2023	Aquisição	Baixa	Depreciação	31/12/2024
Terrenos	4.537.866	-	-	-	4.537.866	-	-	-	4.537.866
Edificações	3.009.983	-	-	(91.254)	2.918.729	-	-	(91.252)	2.827.477
Instalações	591.453	-	-	(107.279)	484.174	-	-	(97.364)	386.810
Máquinas e equipamentos	5.404.710	270.426	(854)	(1.005.214)	4.669.068	2.085.943	(17.272)	(1.001.014)	5.736.725
Móveis e utensílios	1.668.105	22.415	(553)	(333.257)	1.356.710	210.448	-	(296.414)	1.270.744
Computadores e periféricos	1.577.942	1.076.931	(27.315)	(606.376)	2.021.182	599.554	(1.263)	(682.427)	1.937.046
Outras imobilizações	5.850.924	802.595	(2.175)	(500.703)	6.150.641	1.688.987	-	(569.035)	7.270.593
	22.640.983	2.172.367	(30.897)	(2.644.083)	22.138.370	4.584.932	(18.535)	(2.737.506)	23.967.261

c Movimentação do custo histórico e depreciação acumulada - Consolidado

									Consolidado
Descrição	1º/1/2023	Aquisição	Baixa	Depreciação	31/12/2023	Aquisição	Baixa	Depreciação	31/12/2024
Terrenos	9.994.846	-	-	-	9.994.846	-	-	-	9.994.846
Edificações	3.009.983	-	-	(91.254)	2.918.729	-	-	(91.252)	2.827.477
Instalações	591.453	-	-	(107.279)	484.174	-	-	(97.364)	386.810
Aparelhos e equipamentos	8.676.182	318.304	(907.156)	(1.344.369)	6.742.961	3.082.831	(173.492)	(1.341.189)	8.311.111
Móveis e utensílios	1.776.852	45.224	(9.393)	(359.795)	1.452.888	218.889	-	(324.949)	1.346.828
Computadores e periféricos	1.605.103	1.105.376	(27.500)	(618.706)	2.064.273	642.684	(6.283)	(699.248)	2.001.426
Outras imobilizações	6.497.289	1.333.074	(2.175)	(544.053)	7.284.135	1.791.834	-	(655.401)	8.420.568
	32.151.708	2.801.978	(946.224)	(3.065.456)	30.942.006	5.736.238	(179.775)	(3.209.403)	33.289.066

DS
FDVG

12 Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Controladora		Consolidado	
				2024	2023	2024	2023
Total				Total	Total	Total	Total
Software	20%	8.165.504	(7.442.017)	723.487	1.050.726	4.801.294	5.527.406

a Movimentação do intangível - Controladora

Descrição	1º/1/2023	Aquisição	Amortização	31/12/2023	Amortização	31/12/2024
Software	771.064	606.089	(326.426)	1.050.726	(327.239)	723.487

b Movimentação do intangível - Consolidado

Descrição	1º/1/2023	Aquisição	Amortização	31/12/2023	Aquisição	Amortização	31/12/2024
Software	5.587.527	718.922	(779.043)	5.527.406	57.198	(783.310)	4.801.294

DS
FDVG

13 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão contraprestação não ganhas – PPCNG (i)						
Plano individual	2.032.727	-	2.032.727	1.653.504	-	1.653.504
Plano coletivo	429.884	-	429.884	1.033.927	-	1.033.927
	2.462.611	-	2.462.611	2.687.431	-	2.687.431
Provisão para remissão (ii)						
Provisão para remissão	1.226.321	1.675.576	2.901.897	789.370	1.316.462	2.105.832
	1.226.321	1.675.576	2.901.897	789.370	1.316.462	2.105.832
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (iii)						
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	911.207	2.203.461	3.114.668	933.751	2.098.710	3.032.461
	911.207	2.203.461	3.114.668	933.751	2.098.710	3.032.461
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iv)						
Rede Credenciada	9.429.313	-	9.429.313	8.078.285	-	8.078.285
Cooperados	4.377.249	-	4.377.249	4.094.013	-	4.094.013
Intercâmbio	1.220.897	-	1.220.896	1.550.433	-	1.550.433
	15.027.459	-	15.027.458	13.722.731	-	13.722.731
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA						
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA (v)	9.076.124	-	9.076.124	8.128.152	-	8.128.152
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA SUS (vi)	127.266	-	127.267	329.960	-	329.960
	9.203.390	-	9.203.391	8.458.112	-	8.458.112
	28.830.988	3.879.037	32.710.025	26.591.395	3.415.172	30.006.567

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a Resolução Normativa nº 569, de 22 de abril de 2022 da ANS, que dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Cooperativa possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas. A Controladora possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas - PPCNG que corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) Provisão constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do usuário titular, apurada com base na metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.
- (iii) O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.
- (iv) A provisão de eventos/ sinistros a liquidar de operações de assistência à saúde representa valores relativos à prestação de serviços médicos cooperados e credenciados efetuados para a Controladora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência e apresentados no grupo de provisões técnicas, conforme determinação da ANS.
- (v) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no Passivo Circulante, foi constituída com base na Resolução Normativa da ANS nº 569, de 19 de dezembro de 2022. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Controladora por falta de avisos.
- (vi) Para a PEONA SUS a operadora deve estar em consonância com os dados de ressarcimento ao SUS divulgados mensalmente pela ANS. A partir de março de 2021, a Agência Nacional de Saúde (ANS) publicou a RN 476/21, que alterou a RN 393/15 e atualizou o teto máximo do fator individual utilizado no cálculo da PEONA SUS, de 115% para 57%.

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 451/2020, RN 227/2010, RN 392/2015, RN 393/2015 e alterações vigentes:

- Capital Base (CB): representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 11.701.894 para 31 de dezembro de 2024 (R\$ 11.226.993 em 2023), multiplicado pelo fator $K=4,76\%$ que equivale a R\$ 557.010 (R\$ 534.405 em 2023);
- Patrimônio Líquido Ajustado (PLA): de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 451/2020 e alterações, o PLA da operadora deve ser apurado mensalmente a partir dos valores contabilizados como Patrimônio Líquido ou Social da operadora com os ajustes por efeitos econômicos. O exercício de 2024 encerrou com saldo apurado de R\$ 85.806.602 (R\$ 74.369.885 em 2023) e;

O Capital Baseado em Riscos (CBR) apresentado em 2024 foi de R\$ 49.993.146 (R\$ 45.449.096 em 2023) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 85.806.602 (R\$ 74.369.885 em 2023), estando suficiente em R\$ 35.813.456 (R\$ 28.920.789 em 2023), ou seja, 171,64% (163,63 % em 2023).

14 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ	91.940	124.061	141.733	224.490
CSLL	35.155	46.719	61.711	93.678
ISS	330.483	311.181	425.239	403.167
Contribuições Previdenciárias	2.317.309	2.227.997	2.442.403	2.337.136
FGTS	498.263	465.055	534.723	496.469
COFINS e PIS	182.002	58.898	489.525	341.802
Outros Impostos e Contribuições	28.612	27.367	31.867	31.825
IRRF - Funcionários	548.699	515.019	581.438	538.167
IRRF - Terceiros	3.618.737	3.360.911	3.647.478	3.389.905
ISSQN	23.035	35.623	24.040	39.159
COFINS - Terceiros	348	192	348	192
PIS - Terceiros	75	42	75	42
PIS/COFINS/CSLL - Terceiros	894.979	704.267	1.020.595	818.903
Parcelamento de Tributos e Contribuições (i)	170.956	237.883	372.470	439.397
	8.740.593	8.115.215	9.773.645	9.154.332
Não Circulante				
Parcelamento de Tributos e Contribuições (i)	698.063	869.018	1.278.475	1.634.552
	698.063	869.018	1.278.475	1.634.552

- (i) Em 2017, a administração da Cooperativa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), na modalidade de "demais débitos" parcelados para os débitos inscritos na Receita Federal do Brasil (RFB). Os benefícios fiscais referem-se à redução de multa e juros que foram reconhecidos no resultado do exercício no momento da adesão na rubrica de receitas financeiras à época.

15 Empréstimos e financiamentos a pagar

			Controladora e consolidado					
			2024			2023		
Modalidade	Taxa de juros	Vencimento final	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de Giro (i), (ii)	De 1,08% a 2,88% + CDI a.a.	mai/27	3.124.516	3.753.302	6.877.818	2.284.883	1.423.984	3.708.867
(-) Juros a apropriar			(499.520)	(289.934)	(789.454)	(1.144)	-	(1.144)
			2.624.996	3.463.368	6.088.364	2.283.739	1.423.984	3.707.723

Os financiamentos referem-se a imobilizações e capital de giro. Os encargos são os normais de mercado para as modalidades.

(ii) Obrigações contratuais: Aplicação financeira em valor igual e/ou superior ao financiamento.

(iii) Garantias: alienação fiduciária.

DS
FDVG

16 Débitos diversos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Fornecedores (i)	23.066.396	22.465.782	23.729.446	23.410.979
Obrigações com pessoal	3.106.651	2.997.218	3.329.451	3.192.987
Provisões	6.858.243	6.620.423	7.357.225	7.036.288
Débito de beneficiários e de terceiros	-	7.720	-	7.720
Outros débitos a pagar	459.352	313.796	684.585	491.491
	33.490.642	32.404.939	35.100.707	34.139.465
Não circulante				
Outros débitos a pagar	138.500	415.500	509.496	1.025.194
	138.500	415.500	509.496	1.025.194
	33.629.142	32.820.439	35.610.203	35.164.659

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar aos fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares, que estão disponibilizados no hospital da Cooperativa. Não há valores vencidos.

17 Provisões judiciais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisões para ações - Tributárias (i)	19.587.931	17.955.546	19.587.931	17.955.546
Provisões para ações - Cíveis (ii)	3.760.489	3.116.567	4.210.489	23.768.172
Provisões para ações - Trabalhistas (iii)	2.824.123	3.751.175	2.971.130	3.904.447
	26.172.543	24.823.288	26.769.550	45.628.165

A Cooperativa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

(i) Tributária – Federal:

A Administração da Cooperativa discute a não incidência do PIS e da COFINS sobre atos cooperativos e a adequada base de dados dos débitos entre os exercícios de 2012 a 2018, conforme nota explicativa nº 9.

(ii) Cíveis:

O saldo decorrente de processos cíveis é constituído com base em parecer jurídico e no prognóstico de perda provável. As provisões são registradas conforme a natureza das ações, o histórico de perdas e as normas contábeis aplicáveis, sendo reconhecidas quando há obrigação presente e saída de recursos provável e mensurável.

(iii) **Trabalhista:**

A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Há depósitos judiciais parciais efetuados para essas ações, conforme nota explicativa nº 9.

18 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- Outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

As perdas são compensadas com as reservas existentes na data de balanço. De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados, ou ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na AGO.

Em 31 de dezembro de 2024 as sobras à disposição da AGO estavam demonstradas da seguinte maneira:

	2024	2023
Resultado com atos cooperativos	525.538	182.876
Resultado com ato não cooperativos	12.040.588	5.062.995
Sobra Líquida do Exercício	12.566.126	5.245.871
(+) Realização AAP	28.218	37.129
(+) Realização RATES	371.595	369.947
Saldo a Destinar	12.965.939	5.652.947
(-) RATES - Resultado com ato não cooperativos	(12.040.588)	(5.062.995)
(-) Reserva legal – 10%	(52.554)	(18.288)
(-) RATES – 5%	(26.277)	(9.144)
Resultado a disposição da AGO em 2024	846.520	562.520

19 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados				
Consulta	(66.052.650)	(80.728.957)	(66.052.650)	(80.728.957)
Exames	(40.949.088)	(37.151.710)	(38.614.152)	(37.151.710)
Terapias	(12.015.436)	(6.428.085)	(12.015.436)	(6.428.085)
Internações	(43.040.102)	(7.400.094)	(43.040.102)	(7.400.094)
Outros atendimentos ambulatoriais	(42.316.849)	(20.763.636)	(29.011.937)	(20.763.636)
Demais despesas médicas hospitalares	(144.136.754)	(148.692.222)	(119.930.676)	(148.692.222)
	(348.510.879)	(301.164.704)	(308.664.953)	(301.164.704)
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA				
Variação da PEONA	(745.278)	(671.901)	(745.278)	(671.901)
	(745.278)	(671.901)	(745.278)	(671.901)
	(349.256.157)	(301.836.605)	(309.410.231)	(301.836.605)

20 Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar				
Saúde ocupacional	4.451.266	4.372.833	4.451.266	4.372.833
Tudo bem / aero médico	3.645.889	3.521.597	3.645.889	3.521.597
Particulares	2.117.444	2.265.601	2.117.444	2.265.601
Outros serviços prestados	2.920.299	2.323.152	2.920.299	2.323.152
	13.134.898	12.483.183	13.134.898	12.483.183
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar				
Taxa de administração	762.260	843.158	762.260	843.158
Diferença de tabela	10.180.389	11.677.781	10.180.389	11.677.781
	10.942.649	12.520.939	10.942.649	12.520.939
Outras receitas operacionais				
Outras receitas operacionais	1.043.325	1.121.066	7.726.620	5.744.452
	1.043.325	1.121.066	7.726.620	5.744.452
	25.120.872	26.125.188	31.804.167	30.748.574

21 Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com os planos de saúde da operadora

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Outras despesas oper. de assistência à saúde da operadora				
Saúde ocupacional	(3.805.730)	(3.531.686)	(3.805.730)	(3.531.686)
Tudo bem / aero médico	(4.360.542)	(3.702.194)	(4.360.542)	(3.702.194)
Intercâmbio Eventual	(7.813.402)	(10.957.305)	(7.813.402)	(10.957.305)
Custo ociosidade	(6.088.838)	(6.925.768)	(6.088.838)	(6.925.768)
Outros serviços prestados	(898.965)	(797.167)	(898.965)	(797.167)
Provisão para perda sobre créditos não relacionados com o plano de saúde	(363.993)	(34.306)	(363.993)	(34.306)
	(23.331.470)	(25.948.426)	(23.331.470)	(25.948.426)
Outras despesas operacionais				
Outras despesas operacionais	(1.584.217)	(5.056.221)	(46.057.276)	(7.199.108)
	(1.584.217)	(5.056.221)	(46.057.276)	(7.199.108)
	(24.915.687)	(31.004.647)	(69.388.746)	(33.147.534)

DS
FDVG

22 Despesas administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pessoal	(26.137.057)	(24.909.280)	(25.308.966)	(25.013.890)
Serviços de terceiros	(13.226.841)	(12.046.960)	(24.451.441)	(12.114.052)
Localização e funcionamento	(4.023.081)	(4.089.492)	(4.459.325)	(4.309.846)
Publicidade e propaganda	(1.647.448)	(1.579.297)	(1.573.790)	(1.579.297)
Tributos	(2.597.382)	(1.833.468)	(2.562.636)	(1.836.274)
Despesa com multa administrativa	(5.000)	(1.021)	(4.776)	(1.021)
Contingência	(869.298)	794.325	19.377.439	(8.092)
Diversas	(1.151.121)	(302.243)	(1.117.208)	(298.746)
	(49.657.228)	(43.967.436)	(40.100.703)	(45.161.218)

23 Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	6.577.681	7.704.214	7.043.693	8.402.065
Descontos obtidos	39.727	87.213	40.359	87.598
Juros e multa por recebimento em atraso	1.265.669	1.173.323	1.265.669	1.173.323
Créditos Tributários	-	-	408	18.933
Atualização monetária	540.897	1.061.710	584.087	1.154.108
Juros sobre capital próprio	196.449	165.891	197.081	166.526
Outras receitas	404.504	418.208	410.481	441.208
	9.024.927	10.610.559	9.541.778	11.443.761
Despesas financeiras				
Despesas de aplicações financeiras	(95.340)	(61.150)	(95.976)	(60.207)
Descontos concedidos	(740.182)	(734.037)	(740.683)	(734.911)
Outras despesas	(130.549)	(147.367)	(130.549)	(147.367)
Juros e atualização	(813.486)	(1.381.504)	(813.486)	(1.381.504)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Juros por pagamento em atraso	(35.279)	(46.102)	(35.725)	(72.939)
Despesas financeiras diversas	(893.114)	(1.149.419)	(957.344)	(1.234.040)
	(2.707.950)	(3.519.579)	(2.773.763)	(3.630.968)
	6.316.977	7.090.980	6.768.015	7.812.793

DS
FDVG

24 Resultado patrimonial

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas patrimoniais				
Aluguel	234.953	197.233	234.953	197.233
Equivalência Patrimonial	10.086.412	126.645	362.895	385.081
Outros investimentos	2.332.607	733.074	2.372.049	829.848
	12.653.972	1.056.952	2.969.897	1.412.162
Despesas patrimoniais				
Equivalência Patrimonial	-	-	(5.657)	-
Outros investimentos	(22.591)	(580)	(64.532)	(159.778)
	(22.591)	(580)	(70.189)	(159.778)
	12.631.381	1.056.372	2.899.708	1.252.384

25 Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Controladora e suas Controladas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentas destes tributos. As operações com terceiros são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual.

26 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. A Diretoria executiva, órgão subordinado ao Conselho Administrativo, é composta por três membros, com mandato por performance, sendo Diretor Executivo Geral, Diretor Provimento da Saúde e Diretor Adjunto Administrativo Financeiro. Todos contratados e homologados pelo Conselho Administrativo, sendo os dois últimos indicados pelo Diretor Executivo Geral.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de cédula de presença.

Parte relacionada	Natureza da operação	2024	2023
Conselho de Administração	Prestação de serviço	2.307.094	2.107.597
Conselho de Administração	Cédula de presença	478.806	478.800
Conselho de Administração	Capital social	1.054.049	1.021.125
Conselho Fiscal	Prestação de serviço	2.291.235	2.178.939
Conselho Fiscal	Cédula de presença	110.004	134.005
Conselho Fiscal	Capital social	1.392.376	1.385.435

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

27.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Cooperativa e suas controladas participam de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Cooperativa e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos pós fixado, nos exercícios de 2024 e 2023.

27.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Cooperativa e suas controladas possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Cooperativa e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a.1 Risco de taxas de juros

A Cooperativa e suas controladas não possuem alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Cooperativa e suas controladas não trabalham com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Disponível		517.169	137.167	1.126.546	524.143
Aplicações financeiras	5	60.431.681	64.670.018	63.394.704	72.418.051
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	26.771.184	24.586.810	26.747.701	24.567.290
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	7	2.067.716	1.415.337	2.067.716	1.415.337
Bens e títulos a receber	8	12.642.295	9.719.125	12.666.465	12.308.426
Conta corrente com cooperados		163.151	191.814	163.151	191.814
		102.593.196	100.720.271	106.166.283	111.425.061

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

DS
FDVG

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Cooperativa e suas controladas encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Cooperativa e suas controladas.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa e suas controladas para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Cooperativa e suas controladas investem o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

27.3 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Cooperativa e suas controladas para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2024, a Cooperativa e suas controladas possuem, aproximadamente, 29% e 30% (35% e 34% em 2023) do seu ativo total registrado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

28 Demonstrações de sobras ou perdas de atos cooperativos e não cooperativos

Nota	Controladora			
	2024		2023	
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	374.409.539	31.938.797	327.429.589	32.598.608
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	380.600.514	31.938.797	333.073.059	32.598.608
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	381.330.665	32.004.711	333.082.256	32.598.869
Varição das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(730.151)	(65.914)	(9.197)	(261)
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(6.190.975)	-	(5.643.470)	-
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	(320.541.097)	(28.715.060)	(276.036.536)	(25.800.069)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(319.857.528)	(28.653.351)	(275.424.651)	(25.740.053)
Varição da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(683.569)	(61.709)	(611.885)	(60.016)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	53.868.442	3.223.737	51.393.053	6.798.539
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	6.405	132.772	234.947	23.738
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	18.450.532	6.670.340	19.452.329	6.672.859
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	7.003.001	6.131.897	6.339.950	6.143.233
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	10.942.649	-	12.520.939	-
Outras Receitas Operacionais	504.882	538.443	591.440	529.626
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	-	(310.373)	-	(376.730)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(5.008.702)	(1.728.513)	(5.059.311)	(797.383)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(422.522)	-	(431.566)	-
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(2.648.829)	(232.440)	(2.594.204)	(246.249)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(1.937.351)	(1.496.073)	(2.033.541)	(551.134)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	(19.173.000)	(5.742.687)	(24.844.857)	(6.159.790)
Resultado bruto	48.143.677	2.245.276	41.176.161	6.161.233
Despesas de Comercialização	(3.569.272)	(341.402)	(2.880.582)	(428.576)
Despesas Administrativas	(44.048.867)	(5.608.361)	(38.112.702)	(5.854.734)
Resultado Financeiro Líquido	-	6.316.977	-	7.090.980
Receitas Financeiras	-	9.024.927	-	10.610.559
Despesas Financeiras	-	(2.707.950)	-	(3.519.579)
Resultado Patrimonial	-	12.631.381	-	1.056.372
Receitas Patrimoniais	-	12.653.972	-	1.056.952
Despesas Patrimoniais	-	(22.591)	-	(580)
Resultado antes dos impostos e participações	525.538	15.243.871	182.877	8.025.275
Imposto de Renda	-	(1.591.858)	-	(2.049.318)
Contribuição Social	-	(581.709)	-	(746.394)
Impostos Diferidos	-	8.911	-	-
Participações sobre o Lucro	-	(1.038.627)	-	(166.567)
Resultado líquido	525.538	12.040.588	182.877	5.062.996
		12.566.126		5.245.873

29 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido	12.566.126	5.245.872
Ajustes		
Equivalência patrimonial	(10.086.412)	(126.645)
Depreciações e amortizações	3.064.745	2.970.509
Resultado na alienação de bens	18.535	30.897
Provisão para perdas sobre créditos	1.456.293	109.057
Adequação do saldo dos tributos diferido sobre a reavaliação	-	(8.911)
Provisões para ações judiciais	1.349.255	97.787
Outras provisões	813.486	(445.608)
Variação das provisões técnicas	2.703.458	2.945.744
Provisão taxa saúde suplementar	-	(1.559.590)
Recebimento de sobras de investimento	(1.210.797)	(732.989)
Outros ajustes e conciliações do resultado	260.935	169.372
	10.935.624	8.695.495
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações livres	7.575.434	(3.119.304)
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(3.337.097)	(1.100.930)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(3.713.327)	(7.569.045)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(658.677)	959.680
Créditos tributários e previdenciários	(107.695)	322.397
Bens e títulos a receber e despesas antecipadas	(596.803)	1.442.410
Conta corrente de cooperados	28.664	24.364
Depósitos judiciais	(1.630.465)	(1.900.372)
Outros Créditos	221.573	170.956
	(2.218.393)	(10.769.844)
Aumento (redução) nos passivos:		
Débitos de operações de assistência à saúde	(105.582)	680.179
Débitos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	(4.204)	(186.696)
Tributos e encargos sociais a recolher	454.423	(253.477)
Débitos diversos	(859.530)	6.243.270
Conta corrente de cooperados	(456)	29.250
	(515.349)	6.512.526
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	8.201.882	4.438.177
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	8.201.882	4.438.177

30 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Dr. César Augusto Cielo
 Diretor Executivo Geral

Sr. Celso Horikawa
 Diretor Financeiro

DocuSigned by:

 523152A78412410...
 Francielly Dorneles Vital Gonçalves
 Contadora - CRC 1SP-294469/O-6

*** fim ***